

Camaradas, agora é oficial: acabou o socialismo

Paulo Roberto de Almeida*

A última e definitiva “pá de terra” no caixão do socialismo?

O que aparentemente se apresentou como uma simples medida burocrática de tipo regulatório – o anúncio realizado no dia 6 de junho de 2002 pelo Departamento do Comércio dos Estados Unidos, secundado em telefonema dado no mesmo dia pelo Presidente George W. Bush a seu contraparte da Rússia, Vladimir Putin, tendente a confirmar o *status* de “economia de mercado” doravante atribuído ao país formado a partir do ex-sistema socialista soviético – constitui, na verdade, uma mudança de caráter histórico e fundamental nas relações internacionais contemporâneas. A partir dessa data, terminou, de fato e oficialmente, o regime econômico socialista na face do planeta.

Os ainda partidários ou simplesmente saudosistas de uma economia de comando centralizado, do tipo que existia na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e na China há cerca de duas décadas, poderão, finalmente, derramar uma lágrima de crocodilo pela morte, quase sem comemorações, de um regime que, em seus tempos áureos, cobria dois terços das terras emergidas e igual proporção de seres vivos. A geração pós-Segunda Guerra deve ainda lembrar-se que o socialismo se apresentava então como o sucessor natural do capitalismo enquanto organização social de produção e que, em 1959, sob a liderança do ex-primeiro ministro soviético Nikita Krushev, ele prometia enterrar o próprio capitalismo.

Ainda que sem grandes anuncios e funerais, o socialismo, para todos os efeitos práticos, acaba de morrer, sem discurso e sem coroa. Se fosse o caso de escolher algum epitáfio tumular, ele poderia levar a seguinte inscrição, para deleite de alguns e o ódio incontido de vários outros: “Camaradas: o capital venceu”.

De fato, o capital, esse instrumento da exploração do homem pelo homem, submetido, há um século e meio, ao bisturi intelectual

* Paulo Roberto de Almeida (www.pralmeida.org; pralmeida@mac.com) é doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas e mestre em planejamento econômico. É diplomata de carreira desde 1977. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

MERIDIANO
47
O

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de
Conjuntura em Relações
Internacionais

Nº 25
Agosto – 2002



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAMARADAS, AGORA É OFICIAL:
ACABOU O SOCIALISMO
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

EL CONSENSO DE WASHINGTON
RAÚL BERNAL-MEZA

MUROS SOBRE AS VERDADES
CRISTINA SOREANU PECEQUILO

A NOVA DOUTRINA NUCLEAR
AMERICANA E O TNP
JOÃO FÁBIO BERTONHA

DESESTRUTURAÇÃO DE UMA NAÇÃO:
COLÔMBIA
VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OS
CONFLITOS ENTRE TRATADOS
INTERNACIONAIS E LEIS INTERNAS
VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

A VEZ DA DINAMARCA
MÁRCIO C. COIMBRA

de um cérebro genial como o de Karl Marx, o vil capital emerge como vitorioso na mais formidável batalha do século XX: aquela travada numa luta sem tréguas entre opressores e oprimidos, entre explorados e exploradores, entre burgueses e proletários, entre capitalistas e assalariados, enfim, entre os portadores do passado e os arautos do futuro. O passado venceu e o velho e carcomido capital acaba de cravar o último prego no caixão mortuário do socialismo, sem que disso se tivessem apercebido os velhos comunistas e os novos socialistas. Marx, que passou toda uma vida percorrendo suas entranhas para desvendar o segredo que explicava a dinâmica do capitalismo – para os não iniciados, o mistério do capital se encontra no processo de extração da mais-valia –, escreveu o *nec plus ultra* desse sistema opressor em 1867, revelando sua mística nesse *magnum opus* que é *Das Kapital*, onde o processo de acumulação é não apenas cientificamente analisado como devidamente vilipendiado.

A despeito, porém, de sua visão messiânica sobre o fim do capitalismo e sobre a emergência natural do socialismo no seu seguimento, a morte deste último acaba de ser anunciada no decreto burocrático desse 6º dia do mês de junho de 2002, exatamente 135 anos depois da primeira edição do *Capital*. Como e porque isso ocorreu, e que implicações isso pode ter para a vida econômica moderna e, pessoalmente, para vários de nós, que ainda acreditamos nas virtudes eventualmente redentoras do socialismo, essas questões constituem o objeto deste ensaio de análise e de reflexão que de certa forma se apresenta igualmente como um balanço intelectual e uma extração de lições.

Vejam, em primeiro lugar e dentro de seu contexto, os fatos singelos que marcam o que chamei de “fim oficial do socialismo” e que motivam, inclusive num sentido de “balanço intelectual de uma época”, a análise de cunho marxista que se pretende oferecer em seguida sobre esse óbito e suas razões profundas.

Uma medida simples, mas altamente simbólica: de volta ao mercado capitalista

No dia 6 de junho de 2002, no mesmo dia em que na Europa – em presença de vários veteranos americanos – se comemorava mais um aniversário do “dia D”, a data da invasão da Normandia, em 1944, pelas tropas aliadas ocidentais, desafogando um pouco a terrível carga militar até então exercida sobre a União Soviética na sua luta de morte contra a Alemanha nazista, nesse dia simbólico o presidente Bush telefonou a seu colega Putin e anunciava que a partir desse dia os Estados Unidos passavam a considerar a Rússia como uma “economia de mercado”. Pouco menos de uma semana antes, a União Européia tinha tomado atitude similar, respondendo a uma reclamação legítima das autoridades russas, que viam suas empresas e interesses econômicos serem tratados de maneira desigual nas disputas e nas concorrências comerciais. O que isto significava na prática?: medidas antidumping, afastamento de compras governamentais ou de concorrências públicas, assim como tarifas punitivas ou outras práticas discriminatórias podiam ser aplicadas contra as empresas russas sem qualquer tipo de defesa nos foros multilaterais ou mesmo nas instâncias nacionais dos países ocidentais ou, de forma geral, naqueles membros do GATT-OMC, o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, atualmente administrado pela Organização Mundial do Comércio.

Um exemplo entre outros pode ilustrar o significado prático dessa medida: as recentes salvaguardas americanas aplicadas de maneira ilegal – do ponto de vista da legislação pertinente regulada pela OMC – no setor siderúrgico estão penalizando severamente diversas empresas produtoras de aço da Europa, da Ásia e da América Latina, inclusive diversas companhias competitivas do Brasil. Ora, a União Européia, a China, o Japão e a Coreia estão preparando-se para desafiar as salvaguardas dos EUA na OMC – ao abrigo do acordo pertinente ou no âmbito do sistema de

solução de controvérsias –, podendo mesmo chegar à aplicação de medidas retaliatórias. O Brasil considera ainda suas opções nessa matéria, algo que a Rússia dificilmente pode fazer sem o risco de contra-retaliações americanas, uma vez que o país ainda não se tornou parte contratante do GATT e, como tal, membro da OMC.

A declaração efetuada pelos dois principais atores do sistema multilateral de comércio abre assim as portas para que a Rússia possa ser aceita na OMC, caminho, é verdade, mais complicado do que parece para ex-economias socialistas, uma vez que a China, a outra grande economia socialista convertida ao capitalismo levou pelo menos 14 anos nesse processo, encerrado pouco tempo antes de ser realizada a quinta conferência ministerial da OMC, em Doha, em novembro de 2001. O que determinou que a UE e os EUA reconhecessem, dez anos depois do final da Guerra Fria e do desmantelamento da finada União Soviética, o caráter de “mercado” da atual economia do velho inimigo socialista? Basicamente o final do controle estatal dos meios de produção, mas também alguns outros critérios de desempenho considerados *market friendly*, como, por exemplo, conversibilidade da moeda russa, a aceitação de investimentos estrangeiros, práticas salariais compatíveis com uma economia competitiva e, fundamentalmente, a diminuição do controle governamental nos negócios. Segundo análise dos organismos multilaterais, o setor privado controla atualmente cerca de 70% do PIB da Rússia.

O fato de que uma boa parte dessa nova “economia capitalista” na Rússia seja caracterizada pela corrupção generalizada das práticas empresariais, que o ambiente legal dos negócios possa ser descrito como “subdesenvolvido” ou que mais da metade dos dirigentes das empresas privadas seja formada pela antiga *nomenklatura* do PCUS reciclada na gestão de ex-empresas estatais vendidas a preços irrisórios, tudo isso não importa muito do ponto de vista da classificação recém atribuída pela UE e pelos EUA ao siste-

ma econômico da Rússia como um todo: doravante ele será considerado capitalista, ou pelo menos “de mercado”, e tratado como tal, o que obviamente implica implica em custos e benefícios igualmente. Por exemplo, haverá, a partir de agora, menor tolerância dos países ocidentais com medidas governamentais russas que possam ser assimiladas a subsídios oficiais a empresas privadas, sob risco de suspensão unilateral do tratamento não discriminatório normalmente abrigado sob a cláusula de nação-mais-favorecida.

Esclarecido o conteúdo das medidas adotadas nesse início de junho de 2002 pelas principais potências econômicas ocidentais, vamos repetir para que fique bem claro seu significado histórico: terminou, de fato e oficialmente, o regime econômico socialista na face do planeta. Ele agora vai resumir-se a um capítulo, se tanto, dos manuais de história econômica, já que não se poderia utilizar, no caso da Albânia, por exemplo, o conceito da Unesco de “patrimônio universal” para tentar preservar – como uma espécie “ameaçada de extinção” – os poucos exemplos remanescentes de socialismo econômico “real”.

O fato de que duas pequenas economias isoladas – uma numa ilha bem conhecida no Caribe, a outra num canto recuado da Ásia oriental – continuem a se proclamar socialistas não apresenta a menor relevância para a economia internacional, ainda que isso possa ser um elemento político de heterogeneidade no “padrão normal” do relacionamento entre estados membros da comunidade internacional. Tanto Cuba – que aliás nunca deixou de ser parte contratante, aliás país fundador, do GATT, tendo abrigado a famosa conferência econômica sobre comércio e emprego de 1947-48 que criou uma primeira organização dedicada ao comércio multilateral – como a Coreia do Norte são absolutamente marginais do ponto de vista das trocas comerciais, dos fluxos de investimentos e finanças, enfim, do grande intercâmbio capitalista que agora passou a ser a norma na maior parte do mundo. Mesmo a China ainda formalmente socialista – de fato ostentando o monopó-

lio político de um partido que insiste em se proclamar comunista, quando nada mais é senão uma ditadura de oligarcas, herdeiros de um movimento que restaurou a dignidade do país enquanto nação independente – pratica de fato um capitalismo de Estado, com imensos setores abertos à economia privada, como ocorre aliás em muitos outros países integrados ao sistema econômico mundial.

Reduziram-se assim, tremendamente, as últimas *terrae incognitae* da economia capitalista internacional, operando-se, na última década, um verdadeiro “fim da Geografia”, bem mais completo e definitivo, em todo caso, do que o propalado “fim da História” no plano político e social. Em qualquer hipótese, o comunismo, o mais importante fenômeno da história ideológica contemporânea, terminou por encaminhar-se ao museu das antiguidades, ao lado do machado de bronze e da roca de fiar, onde Engels havia também previsto um lugar para o Estado.

Que análise marxista de seu itinerário propriamente econômico pode ser feita a partir daqui?

A longa marcha da Rússia do capitalismo periférico à periferia do capitalismo, com uma torturada (e tortuosa) transição pelo socialismo

Todos os estudiosos do marxismo-leninismo, mesmo os trotsquistas e os diversos opositores do socialismo de tipo stalinista – mas não necessariamente os socialistas de inspiração democrata, estilo Segunda Internacional –, tendiam a compartilhar da idéia de que a ex-União Soviética, até os anos 1960 pelo menos, a despeito das deformações burocráticas e francamente ditatoriais de seu sistema político e

administrativo, constituía, fundamentalmente, um sistema econômico em transição para o socialismo, ou até mesmo para o comunismo, como pareciam acreditar, talvez ingenuamente, os partidários da linha albanesa. O monopólio ideológico das análises do tipo Terceira Internacional era tão completo, mesmo entre os seus opositores, que poucos questionavam a

natureza desse “socialismo de Estado” e, de fato, poucos contestavam até mesmo os fundamentos e as premissas conceituais da proposta bolchevique de um sistema econômico “anti-mercado”, tal como avançado por Lênin nos anos tumultuosos de revolução e de guerra civil e por todos considerado como o sucessor “natural” da economia capitalista.

Este foi, numa análise estritamente marxista, o erro mais grosseiro cometido por militantes idealistas, forjados nas lutas democráticas em prol da classe operária mas absolutamente ignorantes na administração econômica da sociedade.

Lênin, por exemplo, era um gênio como líder político, mas um péssimo economista, assim como Marx podia ter suas qualidades como economista e historiador, mas era francamente débil enquanto líder político ou administrador de aparatos partidários. O preconceito contra o mercado simplesmente inviabilizou a primeira economia socialista constituída sob a liderança formal das idéias marxistas e destruiu por completo as chances de preservação histórica do “primeiro Estado operário” da humanidade. Como isso foi possível?

Não creio, pessoalmente, que a responsabilidade principal pelo insucesso histórico do sistema econômico de tipo soviético esteja com o próprio Marx, ainda que a maior parte das idéias defendidas pelos epígonos remetam a uma ou outra de suas afirma-

“A reconstituição histórica dos setenta anos do itinerário econômico comunista não deixa de ser, contraditoriamente, uma discussão basicamente política, consistindo essencialmente numa “história das idéias” (ou das mitologias políticas) do século XX”

ções contraditórias sobre o funcionamento de um “regime socialista ideal”. O fato é que foi Lênin, o gênio político a quem já nos referimos, que conseguiu “inventar”, num país atrasado como a Rússia czarista, um regime social e político que, apresentando-se como o “sucessor natural” do capitalismo, passou a servir de exemplo à Europa e a todo o mundo, na continuidade de uma história ocidental plena de crises econômicas e de revoluções políticas. A revolução iniciada por ele se congela em seguida no “socialismo em um único país”, quando Stalin consegue consolidar-se no poder e apimentar seu leninismo com algumas pitadas de nacionalismo e grandes doses de brutalidade. Tem assim início a construção de um sistema econômico profundamente irracional, operando a um enorme custo social e humano, que apenas conseguiu se manter graças às desventuras econômicas e políticas do próprio capitalismo – crises e depressões a partir dos anos 20, ascensão dos fascismos, guerras entre impérios – e ao fascínio intelectual que idéias econômicas estatizantes e a concepção de um Estado administrador exercia em lideranças importantes do próprio mundo ocidental.

A reconstituição histórica dos setenta anos do itinerário econômico comunista não deixa de ser, contraditoriamente, uma discussão basicamente política, consistindo essencialmente numa “história das idéias” (ou das mitologias políticas) do século XX. O fato é que as idéias políticas – algo que o marxismo reconhece explicitamente – têm fundamentos essencialmente econômicos. No caso específico do comunismo de tipo soviético, sua mitologia política – sua “ilusão fundamental”, diria Furet em conhecido livro de história das idéias socialistas no século XX¹ – foi alimentada não só por sua promessa de igualdade e de

justiça, no plano social, mas sobretudo e principalmente pela concepção marxista de que um sistema regulado democraticamente pelo conjunto dos trabalhadores seria mais suscetível do que a “anarquia da produção capitalista” de afastar crises periódicas e escassez, de aportar abundância material, bem-estar individual e progresso tecnológico. A premissa básica da mensagem marxiana quanto ao “fim da história”, dos primeiros escritos da juventude até o *Capital*, refere-se, antes de mais nada, à apropriação coletiva dos meios de produção, por iniciativa e sob o comando da classe operária, transformada em redentora universal: de fato, a abolição da propriedade privada, “mãe de todas as injustiças”, sempre apresentou um formidável poder de atração para as massas de deserdados de todo o mundo e mesmo para milhões de proletários de países desenvolvidos.

Não se poderia igualmente esquecer que grande parte das mensagens simpáticas ao socialismo enquanto sistema de organização social – não apenas soviético, mas também chinês e “terceiro-mundista”, onde foi o caso – tinha como fundamento a idéia (falsa, mas isso não importa aqui) de que ele trazia o final das crises capitalistas de produção e emprego, introduzia um nível de subsistência mínimo para o conjunto da população e permitiria, progressivamente, liberar excedentes que o fariam alcançar e em última instância ultrapassar os sistemas capitalistas “realmente existentes”. As idéias econômicas marxistas sobre uma futura “idade da abundância”, sobre a racionalidade superior do sistema socialista e em especial as profecias engelsianas sobre o futuro da sociedade dos trabalhadores (“de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”) alimentaram, em muito, a ilusão comunista neste século.²

¹ Vide o conhecido livro de François Furet, *Le Passé d'une Illusion: essai sur l'idée communiste au XXe siècle* (Paris: Robert Laffont-Calmann-Lévy, 1995), com edição brasileira. Minha análise dessa obra está contida na resenha-artigo “A Parábola do Comunismo no Século XX: a propósito do livro de François Furet: *Le Passé d'une Illusion*”, publicado na *Revista Brasileira de Política Internacional* (Brasília: vol. 38, nº 1, janeiro-junho 1995, pp. 125-145).

² Não é o caso de lembrar aqui que a própria sobrevivência do comunismo, enquanto sistema viável de organização social da produção, pode apenas ser assegurada, na difícil conjuntura dos anos 1920-21, por um retorno estratégico às práticas capitalistas de mercado e de apropriação – consagrado na NEP –, retorno que Bukarin gostaria de ver consolidado como a única forma possível de socialismo real.

Essas idéias econômicas, é dispensável dizê-lo, estão escassamente refletidas na própria obra de Marx, foram insuficientemente desenvolvidas por Engels e alguns epígonos (como Kautsky, por exemplo) e receberam um tratamento perfunctório, para não dizer irrisório e irrelevante, no trabalho intelectual de Lênin, todo ele voltado para as tarefas de organização partidária e de mobilização de vontades em prol de um projeto supostamente majoritário – bolchevique – mas de fato politicamente minoritário nas condições revolucionárias da Rússia de 1917. Poucos marxistas gostam de ver na “grande Revolução de outubro” um mero putsch bolchevique, por acaso bem sucedido em razão de circunstâncias excepcionais e depois mantido a ferro e a fogo contra seus inimigos ideológicos e seus opositores práticos.

Um debate de idéias econômicas: marxianos contra marxistas

Em qualquer hipótese, as “idéias econômicas marxistas” não têm nada a ver com a explicação funcional do “sucesso prático” da idéia comunista no século XX, que pode ser considerado um fenômeno político totalmente destacado do debate de idéias tal como ocorrido no Ocidente. Com efeito, desde o final do século XIX, pelo menos, que o debate em torno das idéias marxistas e socialistas prolongava-se no terreno econômico, chegando até mesmo a influenciar o curso da economia política “burguesa”. Sem referir-se às primeiras críticas pertinentes (e não respondidas) formuladas por John Stuart Mill ao próprio Marx, caberia lembrar que Vilfredo Pareto dedicou dois alentados volumes ao estudo dos sistemas socialistas, que Hobson antecipou a análise leninista sobre a natureza econômica do imperialismo contemporâneo, que Hilferding e Rosa Luxemburgo terçaram armas em torno do capital financeiro e da acumulação capitalista, que toda uma “teoria das crises cíclicas” frequentou a produção acadêmica na economia (de Schumpeter a Keynes, de Joan Robinson e Piero Sraffa

a Charles Kindleberg) e que, ainda no começo dos anos 60, economistas respeitados como John Kenneth Galbraith ou sociólogos atentos como Raymond Aron pretendiam prever uma certa convergência entre o capitalismo e o socialismo com base no fato de terem ambos os sistemas chegados a uma etapa industrial avançada.

De maneira ainda mais relevante, as primeiras experiências de planificação sob a República de Weimar, a própria organização econômica “fascista”, os projetos de *welfare state* nos países escandinavos e anglo-saxões, bem como as nacionalizações e o acentuado intervencionismo (com agências estatais dedicadas ao planejamento indicativo) conduzidos no segundo-pós guerra nos principais países capitalistas europeus, podem ser considerados como o resultado direto do impacto exercido pelas idéias econômicas “comunistas” nas sociedades do Ocidente desenvolvido. Da mesma forma, a industrialização da URSS, a “solução” do problema da fome na China (contra sua suposta manutenção na Índia “capitalista”), o desenvolvimento “acelerado” dos países atrasados do Terceiro Mundo, todos esses elementos, reais ou imaginários, da “grande transformação” da segunda metade do século XX foram, com ou sem razão, creditados à alavancagem ideológica das idéias econômicas socialistas, ou pelo menos vinculados à aceitação da inevitabilidade (ou mesmo desejabilidade) de uma maior intervenção do Estado na economia, em contraposição ao menor poder transformador ou modernizador das estruturas “capitalistas” de mercado.

Em outras palavras, a legitimação ideológica do comunismo se deu tanto pela via da economia como da política, em que pese o balanço francamente desfavorável desse último aspecto na confrontação com o capitalismo (mas, explicável em termos de guerra civil, de destruições “imperialistas”, de espoliação “colonial” etc), que tanto a URSS como a China ou outros países menores (Cuba, Vietnã) nunca deixaram de apresentar, mesmo em comparação com países capitalistas “subdesenvolvidos”. Os partidos comunis-

tas dos países capitalistas europeus – em especial na Itália e na França – conseguiram reter uma certa audiência popular mesmo durante os anos de descrédito político do socialismo real com base na antiga crença de que uma “economia planificada”, ou pelo menos controlada pelo Estado, conseguiria diminuir a sucessão de “crises capitalistas”, refrear a “exploração capitalista” e introduzir um pouco mais de igualdade na repartição funcional capital-trabalho. Finalmente, em nosso próprio continente, a única justificativa – aceita de certo modo pela própria “direita” – para a ausência completa de liberdades democráticas e até mesmo de certos direitos humanos na Cuba “socialista” era o suposto avanço no plano dos indicadores sociais (saúde, educação, nutrição), continuamente agitados em face das desigualdades e mazelas sociais existentes nos demais países da região.

Esse tipo de ilusão foi tão, ou mais, importante do que aquela derivada da “paixão revolucionária” que animou gerações inteiras de militantes: a afirmação da vontade na História, a invenção do homem por ele mesmo, o ódio ao burguês (alimentado não tanto por proletários verdadeiros, como por artistas e intelectuais “burgueses”), a promessa de um novo mundo de justiça social construído pela própria coletividade redimida pela classe operária, a recusa do individualismo em favor da liberação de toda humanidade e não apenas de uma raça ou um povo particulares como no fascismo, tudo aquilo, enfim, que fazia o “charme universal de Outubro” e que era considerado como uma herança intelectual e como a realização prática da Revolução francesa de 1789. O charme muito pouco discreto do socialismo começou aliás a ruir a partir das revelações de Krushev no 20º congresso do PCUS, assim como nos episódios de repressão a movimentos populares na Hungria e na RDA. Quando da invasão da Tchecoslováquia pelas tropas brejnevistas, em 1968, o pouco de charme que possuía o socialismo real já

tinha se esvanecido na burocracia cinzenta que formava o núcleo da *nomenklatura* nos países do leste europeu.

De certo modo, a ilusão econômica do socialismo foi a única a sobreviver à derrocada do regime político baseado no partido único e na “democracia real” (isto é, não burguesa, ou formal), este definitivamente enterrado pela superioridade filosófica, moral e empírica da idéia democrática. Se as idéias movem o mundo, as idéias econômicas com muito maior razão podem ter a pretensão de continuar a determinar o curso de nossos destinos individuais e de nossas realizações coletivas. Graças aos intelectuais marxistas, que sobrevivem em número razoável nos países da periferia capitalista, a ilusão econômica socialista (pelo menos aquela baseada no papel regulador e distribuidor do Estado) não parece perto de extinguir-se, mesmo depois de ter sido bastante maltratada por várias décadas de planejamento centralizado e de “socialismo real”. Em todo caso, para as principais potências econômicas ocidentais, o socialismo está morto e enterrado, mesmo se a idéia permanece viva nas academias e agrupamentos políticos de oposição ao “capitalismo real”.

Por que isso se dá, ainda hoje, entre nós, por exemplo? Talvez porque o grande objetivo do projeto comunista não era tanto eliminar o burguês enquanto agente social – objetivo julgado relativamente fácil pelos protagonistas de Outubro e seus êmulos em outras partes – quanto construir um sistema socialista de organização social da produção em tudo oposto ao execrado regime capitalista, que se devia eliminar da face da terra.³ O jacobinismo bolchevique se dirigia, obviamente, contra o “Estado burguês”, mas a coletivização total dos meios de produção era o elemento essencial da construção da nova ordem socialista. Era essa a promessa contida no *Manifesto Comunista*, reafirmada no programa leninista e

³ Incidentalmente, caberia observar o fato de o comunismo ter vencido apenas em países atrasados do ponto de vista capitalista, o que em princípio não deveria contribuir para o “sucesso” ideológico e político desse regime.

ainda confirmada pelo revisionismo krusheviano.⁴ Gorbatchev, por sua vez, até o final de sua administração, quando já tinha consentido em introduzir elementos de mercado no funcionamento econômico do socialismo, também preservou sua confiança num futuro comunista, isto é, não capitalista, para a URSS. De certa forma, mesmo o ideólogo do “fim da História” não acreditava que a derrota política e filosófica do socialismo real significasse automaticamente a derrocada do modo estatal de produção e menos ainda a erosão do principal Estado socialista na história da humanidade.

Um historiador marxista como Hobsbawm não deixou porém de considerar, praticamente em igualdade de condições, os elementos econômicos e políticos do mundo do “socialismo realmente existente”. A primeira coisa a ser observada a respeito da região socialista do globo, diz ele em um dos capítulos de sua história do século XX, “é que durante a maior parte de sua existência ela formou um subuniverso separado e largamente auto-suficiente tanto economicamente como politicamente. Suas relações com o resto da economia mundial, capitalista ou dominada pelo capitalismo dos países desenvolvidos, eram surpreendentemente reduzidas. Mesmo durante a fase alta do grande boom do comércio internacional nos Anos Dourados, apenas algo em torno de 4% das exportações das economias desenvolvidas de mercado iam para as ‘economias centralmente planejadas’ e, em torno dos anos 80, a

parte das exportações do Terceiro Mundo dirigidas a elas não era muito maior”.⁵

Hobsbawm reconhece que a razão fundamental da separação entre os dois campos era, sem dúvida alguma política, mas ele desenvolve em seguida uma brilhante análise da “economia política” do socialismo real, ainda que ele tenda a acreditar, mesmo retrospectivamente, nas estatísticas do socialismo estalinista, que “evidenciariam” um crescimento superior ao das economias capitalistas nos anos 30 (“acumulação primitiva socialista”) e durante uma certa fase do pós-guerra. Igualmente, ele dedica toda a primeira parte de seu capítulo sobre o “fim do socialismo” a uma análise do “subdesenvolvimento econômico” (a expressão não é dele) desse regime, mesmo se, mais adiante, ele reconhece, acertadamente, que é a

“política, tanto a grande como a pequena, [que] deveria acarretar o colapso Euro-soviético de 1989-1991”.⁶

O que importa sublinhar aqui não é tanto o desempenho econômico efetivo dos socialismos realmente existentes – que poderia ser objeto de uma história econômica do socialismo – mas, na perspectiva da história intelectual, o “peso” das idéias econômicas na formação e manutenção da “ilusão comunista”. Uma análise de cunho marxista – ainda que sumária – da crise prolongada e da morte do socialismo não pode, porém, deixar ao largo os elementos relativamente objetivos da estagnação econômica e da

O que importa sublinhar aqui não é tanto o desempenho econômico efetivo dos socialismos realmente existentes – que poderia ser objeto de uma história econômica do socialismo – mas, na perspectiva da história intelectual, o “peso” das idéias econômicas na formação e manutenção da “ilusão comunista”.

⁴ Em 1961, por exemplo, no 22º Congresso do PCUS, Krushev prometia ultrapassar a produção per capita dos Estados Unidos por volta de 1970 e construir uma “sociedade comunista acabada” em torno de 1980.

⁵ Cf Eric Hobsbawm, *Age of Extremes: the short twentieth century, 1914-1991* (Londres: Michael Joseph, 1994), p. 374; o livro possui edição brasileira.

⁶ Idem, p. 475.

inviabilidade estrutural do sistema. Mesmo se admitirmos que o socialismo foi vencido no terreno das “idéias”, deve-se ressaltar que, ainda assim e especificamente neste caso, as idéias econômicas deveriam ser consideradas como parte integrante da “ilusão comunista”, como elemento indissociável da mitologia política do socialismo de tipo soviético.

Análise marxista da ascensão e queda do socialismo

Sem pretender fazer ironias com a História, caberia observar que a crise e a *débâcle* do socialismo podem ser interpretadas inteiramente em termos das idéias marxistas, *a fortiori* para um adepto da doutrina como o que escreve este ensaio. Com efeito, ninguém melhor do que Marx – cujos escritos sobre os processos revolucionários constituem ainda hoje autoridade histórica – sabia colocar com clareza, ainda que de forma profética, o inexorável desenrolar do processo histórico e social. Como ele escreveu no Prefácio à *Crítica da Economia Política* (1859), “numa certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas de uma sociedade entram em contradição com as *relações de produção* existentes, ou, o que é apenas sua expressão jurídica, com as *relações de propriedade* no seio das quais elas se tinham desenvolvidos até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações [de produção] se tornam seus próprios *entraves*. Abre-se então uma época de

revolução social. A transformação na base econômica altera mais ou menos rapidamente toda a enorme superestrutura”.⁷

Essa época de revolução social abriu-se para o socialismo de tipo soviético a partir do final dos anos 70, muito embora suas sementes existissem desde muito tempo antes. As razões dessa transformação, que pode ser inteiramente explicada em termos “marxistas”, foram as mesmas que, no passado, levaram ao declínio do feudalismo como “modo de produção”: as relações “socialistas” de produção se tinham inevitavelmente convertido num formidável entrave ao desenvolvimento das forças produtivas e ao avanço das condições econômicas de produção. Qualquer marxista não comprometido com os esquemas de poder existentes na área soviética poderia reconhecer que a forma “socialista” da propriedade representava, em nível estrutural, um enorme obstáculo ao avanço contínuo do processo de produção social.⁸

De fato, as *relações socialistas de produção* sempre foram uma *forma contraditória de organização social da produção*, uma vez que, segundo a própria teleologia marxista, a sociedade burguesa não poderia desaparecer – e assim dar lugar ao socialismo – sem que ela pudesse antes desenvolver todas as suas potencialidades intrínsecas em termos de forças produtivas. Mas, uma vez implementadas essas relações socialistas de produção – de maneira mais ou menos improvisada no seguimento da revolução bolchevista –, elas sempre representaram (no voca-

⁷ Tradução livre a partir da edição francesa; vide “Contribution à la Critique de l’Économie Politique” in Karl Marx, *Oeuvres, Économie I* (Paris: Bibliothèque de la Pléiade, 1965), p. 273.

⁸ Massimo Salvadori, cuja obra vim a ler apenas depois de elaborada esta reflexão, fez o mesmo tipo de análise “marxista” sobre a contradição fundamental do comunismo soviético: “Aplicando ao caso soviético as categorias marxianas, se pode dizer que na União Soviética, a superestrutura sufocava dali em diante [anos 80] as condições de desenvolvimento da sociedade, criando uma situação de crise orgânica do sistema. Tornava-se mais e mais evidente, de fato, que a rigidez planificadora burocrático-centralista, que tinha podido obter substanciais sucessos no âmbito da modernização tardia baseada na indústria pesada, na cadeia de montagem, no controle autoritário da mão-de-obra, na compressão do consumo em proveito dos investimentos nos setores considerados estratégicos, em primeiro lugar militares, não estava estruturalmente em condições de realizar o salto qualitativo indispensável para conduzir o sistema à era da telemática disseminada e de produções sujeitas à rápida obsolescência e, portanto, adaptá-lo à necessidade de rápidas reconversões, implementadas por uma pluralidade de centros de decisão sensíveis às exigências da inovação permanente”; cf. *La Parabola del Comunismo* (Bari: Laterza, 1995), p. 56.

bulário do próprio Marx) “uma *forma antagônica* do processo de produção social, não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições sociais de existência dos indivíduos”.⁹

Segundo os próprios termos da análise histórica marxista, seria portanto inevitável esperar o deslançar de uma etapa revolucionária no desenvolvimento do socialismo, uma vez que a deterioração da base econômica do sistema, já visível desde o final da estagnação “brejnevista”, estava conduzindo a um impasse, ele mesmo anunciador de uma mudança radical em toda a superestrutura jurídica e política da sociedade socialista. Era assim muito provável que, ao iniciar seu período de “reformismo esclarecido”, Gorbachov tenha chegado à conclusão que a base técnica do sistema socialista, enquanto forma de organização social da produção, fosse essencialmente conservadora, uma vez que, ao contrário do sistema capitalista, não possuía em si mesma os impulsos para uma contínua transformação das condições de produção.

Gorbachov, aparentemente em bom marxista, admitiu-o abertamente: antes mesmo de assumir a liderança do PCUS, em dezembro de 1984, ele advertia que a injustificada preservação de “elementos obsoletos nas *relações de produção* pode ocasionar uma deterioração da situação econômica e social”. Em junho de 1985, já como Secretário-Geral do PCUS, ele declarava que “a aceleração do progresso científico e técnico requeria insistentemente uma *profunda reorganização* do sistema de planejamento e de administração do *mecanismo econômico em sua totalidade*”.

¹⁰ O que Gorbachov pretendia implementar era uma espécie de NEP da era eletrônica, algo bem mais com-

plicado, deve-se reconhecer, que as banalidades conceituais em torno do modelo leninista de comunismo, descrito como sendo o “socialismo mais a eletricidade”.

Não havia, contudo, fórmula milagrosa capaz de fazer aquele socialismo tomar o “carro da História” a partir das relações de produção existentes: não só a “base técnica” do socialismo estatal, nos termos de Marx, era essencialmente *conservadora*, como também sua base social e política era profundamente *reacionária*. A União Soviética parecia representar para Gorbachov o que a Alemanha guilhermina representava para Marx no século passado: um país atrasado e dividido que tinha necessariamente de passar por uma *revolução política radical* para quebrar os grilhões que impediam sua modernização econômica e social.

Fazendo uma grosseira analogia histórica, poder-se-ia dizer que as relações socialistas de produção e a classe burocrática associada ao Partido Comunista representavam, na maior parte dos países da área soviética, o mesmo papel que o sistema corporativo e a classe aristocrática desempenhavam no *ancien régime* de tipo feudal: um obstáculo intransponível ao desenvolvimento das forças produtivas materiais e um entrave formidável ao progresso político da sociedade. Como afirmaram Marx e Engels no *Manifesto Comunista*: “numa certa etapa do desenvolvimento dos meios de produção e de troca... as relações feudais de propriedade deixaram de corresponder às forças produtivas em pleno crescimento. Elas entravavam a produção em lugar de fazê-la avançar. Elas se transformaram em grilhões. Esses grilhões tinham de ser quebrados: eles foram quebrados”.¹¹

No que concerne as relações socialistas de propriedade, esses grilhões foram efetivamente rompi-

⁹ Cf. “Contribution à la Critique de l’Économie Politique”, op. cit., p. 274.

¹⁰ Citado por Francis Fukuyama, “Gorbachev and the Third World”, *Foreign Affairs* (vol. 64, n° 4, Spring 1986, pp. 715-731).

¹¹ Tradução livre a partir da edição da Pléiade; vide “Le Manifeste Communiste” in Karl Marx, *Oeuvres I: Économie*, op. cit., p. 166. Realizei uma releitura moderna do “velho” Manifesto de 1848 em ensaio feito exatamente 150 anos de sua publicação, elaborado a partir de uma “revisão marxista” desse texto ainda profundamente atual, como se o próprio Marx tivesse reescrito o Manifesto nesta era de globalização. Ambos os textos figuram em meu livro: *Velhos e Novos Manifestos: o socialismo na era da globalização* (São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 1999).

dos nos países da antiga área soviética, muito embora o processo de construção da nova ordem foi lento a ser implementado, em especial na própria pátria do socialismo real. Em suas manifestações e desenvolvimento, o processo de ruptura com o *ancien régime* foi, evidentemente, político, e não poderia deixar de ser exclusivamente político, como observaram acertadamente Furet e Hobsbawm.¹² Mas, as razões profundas da crise e derrocada do sistema foram essencialmente marxistas, isto é, econômicas.

O ponto de não retorno, escreve ironicamente Hobsbawm, foi atingido na segunda metade de 1989, bicentenário do deslançar da Revolução francesa, “cuja não existência ou irrelevância para a política do século XX, os historiadores franceses ‘revisionistas’ estavam ocupados em tentar demonstrar naquele momento. A ruptura política seguiu-se (como na França do século XVIII) à convocação de novas assembleias democráticas, ou passavelmente democráticas, no verão daquele ano. A ruptura econômica tornou-se irreversível no decorrer de alguns poucos meses cruciais entre outubro de 1989 e maio de 1990”.¹³

Assim, se a crise política era evidente nos antigos países do socialismo real, foram razões estruturais de natureza essencialmente, senão inteiramente, econômica que levaram à crise fundamental, à sua fratura irremediável e à queda final do sistema. Um pouco de materialismo histórico, por uma vez, não pode fazer mal à causa do socialismo, ou pelo menos à da análise histórica de sua derrocada final.

A base econômica explica, ainda desta vez, a transição de um modo de produção a um outro. Para chegar a um verdadeiro sistema econômico de mercado, na antiga zona soviética, só faltava atravessar o que Marx chamava de purgatório capitalista. Esse purgatório foi atravessado num longo ciclo de depressão econômica ao longo da última década do século XX, o que foi reconhecido no decreto burocrático do dia 6 de junho de 2002. O comunismo chegou efetivamente ao final de sua longa parábola histórica: ele terá constituído, finalmente, uma longa etapa de transição que levou do capitalismo ao... capitalismo.

Post scriptum: Após o término deste ensaio, ocorreu a reunião do G-7/G-8 em Kananaskis, no Canadá, durante a qual Rússia foi contemplada com um assento permanente no que passa agora – até a próxima incorporação – a ser conhecido simplesmente como G-8, o que confirma, de certo modo, a plena integração da ex-economia socialista no pelotão de “países normais”, no caso membro do “diretório mundial dos mais iguais”. Parece óbvio, também, que a Rússia, ainda incapaz de participar dos esquemas de sustentação financeira promovidos pelo Grupo e beneficiária ela mesma de ajuda maciça desses países (para liberar-se de estoques de armas de destruição em massa, por exemplo), ainda tem de demonstrar várias outras transformações econômicas e políticas para se credenciar plenamente como país avançado de “economia de mercado” e democrático – como a aceitação na OMC e na OCDE – mas a decisão tomada pelo G-7 em Kananaskis apenas confirma o caráter finalmente capitalista da primeira potência européia (e asiática).

¹² Hobsbawm, por sua parte, combina elementos políticos e econômicos em sua análise sobre a queda final do comunismo: “O que levou a União Soviética em marcha acelerada em direção ao precipício foi a combinação da *glasnost*, que significava a desintegração da autoridade, com a *perestroika*, que resultou na destruição dos velhos mecanismos que faziam a economia funcionar, sem prever nenhuma alternativa; e conseqüentemente o colapso crescentemente dramático do padrão de vida dos cidadãos”; “A desintegração econômica ajudou o progresso da desintegração política e foi alimentada por ela”; op. cit., pp. 483 e 485.

¹³ Hobsbawm, op. cit., p. 486. Salvadori também faz uma análise similar: “O sistema [já sob a direção de Gorbachev] demonstrou não ser renovável por causa de sua rigidez; e o movimento de reforma, que investiu a economia e as instituições políticas, teve efeitos destabilizadores, de tal forma a romper a máquina existente e provocar um verdadeiro processo de ‘descolamento’. O primeiro resultado foi o precipitar da crise econômica, que em 1990 assume o caráter de catástrofe”. “O sistema... desagregou-se sob o peso de dois elementos fundamentais, um ligado ao outro. O primeiro foi a incapacidade estrutural de um sistema centralístico-burocrático-totalitário (...) em responder aos desafios colocados pela economia complexa do mundo capitalista entrado na era pós-industrial. O segundo foi a incapacidade final do sistema de poder comunista em controlar, seja pelo consenso, seja pela coerção, a sociedade, colocada sob um domínio brutal...”; cf. *La Parábola del Comunismo*, op. cit., pp. 57 e 91.

El consenso de Washington

Raúl Bernal-Meza*

Como cientista social y académico, rechazo las explicaciones monocausales, como aquella que tiene la convicción de que el “Consenso de Washington” fue la síntesis explicativa de la declaración de buena voluntad de un grupo sin intereses materiales concretos, que buscaba mejorar la situación de los países atrasados, pero que, lamentablemente, sus propuestas fueron mal aplicadas.

Tampoco acepto que se explique el presente por el presente mismo. Por tanto, no se puede separar el paradigma “Consenso de Washington”, de los cambios ocurridos en la economía y la política mundiales a partir de la caída del Muro de Berlín, que significaron la consolidación de una nueva estructura de poder mundial, que incluyó la configuración de una nueva alianza de fuerzas sociales, iniciada en los propios Estados Unidos a comienzos de los años 80s.

El Consenso es el resultado de una elaboración compleja, derivada de las corrientes monetaristas (neoliberales) y cuyas primeras – y radicales – medidas, fueron aplicadas a partir de 1974, en Chile y de 1976, en Argentina y que vinieron de la mano de tremendas dictaduras militares que les aseguraban a estas políticas un “clima político-sindical interno pacífico” para su implementación de largo plazo. Representa la visión del pensamiento único, cuyo objetivo fue proceder a una recuperación de la tasa de ganancia del capital, a partir de una transferencia de riqueza desde las economías de los países en desarrollo, en particular de América Latina, hacia el capital norteamericano financieramente móvil. Constituyó una propuesta de política, que luego se transformó en condicionamiento, cuya filosofía era liberalizar las economías, con un sesgo anti-estatista. El primer fun-

damento del liberalismo, la garantía de que hubiera competencia en los mercados nunca fue una exigencia de aplicación.

Las llamadas “reformas de primera generación”, es decir los diez temas de política económica en que el poder económico norteamericano estaba de acuerdo (“Consenso de Washington”), serían seguidas por una reformulación, según el artículo “La Democracia y el *Consenso de Washington*”, que pasaron a ser las llamadas reformas de segunda generación. Éstas apuntaban a mejorar los efectos negativos de las primeras reformas, como los problemas de equidad y el fortalecimiento de las instituciones, entre otras.

Lo que sucedió en todos los casos de aplicación del CONSENSO, tal el ejemplo de Argentina – al que me voy a referir específicamente- es que la crisis, como consecuencia del paradigma, explotó antes y las “reformas de segunda generación” nunca se pudieron aplicar. Es decir, las injusticias sociales, políticas y económicas que creó el Consenso con las primeras medidas, no fueron resueltas y quedaron como herencia del nuevo modelo de Estado.

Equidad, justicia social, desarrollo económico, protección del medio ambiente estaban excluidos del Consenso. Pero lo más grave es que su fundamentación anti-estatista, que acababa con una tradición de 60 años de política pública, no puso nada, como modelo de Estado para el desarrollo económico (que asegurara empleo, producción, consumo y crecimiento), a cambio de la eliminación del estatismo. Todas las propuestas del Consenso de Santiago (1993), como la prioridad de la educación, la salud, la infraestructura, la seguridad civil, nunca serían aplicadas.

* Profesor Titular de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires y de la Universidad de Buenos Aires. Profesor Visitante de la Universidad de Brasilia.

Los resultados del Consenso debían enfrentarse al final con la realidad. Y ésta no resultó como el mito predicaba: CRISIS DE MEXICO, CRISIS ASIÁTICA, CRISIS DE ECUADOR, CRISIS de ARGENTINA, CRISIS de URUGUAY, CRISIS de PARAGUAY Y AMENAZA de CRISIS en BRASIL.

¿Cómo cumplió Argentina los 10 temas de política del Consenso y cuáles fueron los resultados?

Una mirada a *vuelo de pájaro* muestra lo siguiente¹:

1) Disciplina presupuestaria:

No se cumplió, porque: 1º) el modelo provocó un permanente desequilibrio del sector externo. Las exportaciones, entre 1990 y 1998 aumentaron un 115%, mientras que las importaciones, en el mismo lapso se incrementaron en un 320% (Rapoport, 2000); 2º) la economía no productiva, es decir la economía financiera que ocupó el lugar de poder de la estructura económica, prácticamente no pagaba impuestos; 3º) el Estado transfirió a grupos financieros privados la recaudación del sistema jubilatorio (aposentadurías) pero se quedó con el déficit de los pagos; 4º) las privatizaciones, con la sola excepción de los servicios eléctricos y de gas, se realizaron con la asunción por parte del Estado de los pasivos. Sólo hasta 1993 éstos se llevaban a más de 20.000 millones de dólares; 5º) a pesar de las privatizaciones, el Estado continuó pagando – en casos de manera directa, en otros de forma indirecta – subsidios a las empresas privatizadas.

2) Adoptar cambios en las prioridades del gasto público:

1º) Se redujeron todos los gastos sociales; 2º) se incorporó la idea que salud, educación, ciencia y

técnica debían ser “áreas productivas” y no gasto social; 3º) se privatizó la salud, se abandonó la infraestructura y se redujo el presupuesto en educación, salud, ciencia y tecnología, abandonando asimismo el desarrollo de la infraestructura.

3) Reforma fiscal para ampliar la base imponible:

Se hizo una reforma fiscal buscando proteger a los grupos poderosos que conducían el “Consenso” en el país. Entonces, se castigó el consumo, pero no el gran capital, ni tampoco al capital financiero. Al caer la producción, como consecuencia de la desindustrialización y el empleo, por tanto también el consumo, la base imponible se deterioró drásticamente.

4) Liberalización financiera:

Argentina aplicó la desregulación más amplia de América Latina, transformándose en un paraíso para los capitales volátiles y de corto plazo.

5) Tipos de cambio competitivo:

Se adoptó la Convertibilidad, para hacer del mercado financiero argentino la plaza más competitiva y rentable. El tipo de cambio competitivo se aplicó para encarecer la producción nacional, en beneficio de la industria internacionalizada.

6) Liberalización comercial:

Fue tan amplia que liquidó la industria argentina, provocando los índices más altos de desempleo y subempleo de toda la historia argentina.

7) Apertura a la entrada de IED:

La Argentina se convirtió en el paraíso del capital financiero especulativo. El ingreso de IED (inversión extranjera directa) sustituyó al capital nacional (público y privado), pero no creó nuevos emprendimientos. Los efectos de la apertura fueron:

¹ Para una visión analítica amplia de la crisis Argentina, cfr. Mario Rapoport (2000); Diaman y Nochteff (1999); Ferrer (1998); Schvarzer (1998) y Bernal-Meza (2001), entre otros.

200.000 millones de dólares de deuda externa
 150.000 millones de dólares de fuga de capitales
 68.000 millones de dólares de apropiación de los ahorros y depósitos a los pequeños ahorristas ("corralito"), efectuado por el gobierno de De la Rúa y continuado por Duhalde.

28.000 millones de dólares pagados por el gobierno de Duhalde a los grandes grupos económicos, como *compensación* por la "pesificación" (eliminación de la Convertibilidad).

8) Privatizaciones:
 Argentina privatizó todo: Hoy no tiene ni trenes, ni aviones ni barcos, ni metropolitano, ni teléfonos, ni petróleo, ni gas, ni electricidad, ni agua NACIONALES. Los aeropuertos (pero sólo los "rentables") también fueron privatizados. Tampoco tiene siderurgia ni correos del Estado y todas las principales rutas son con peaje.

9) Desregulaciones:
 Se desregularon todos los mercados que protegían la industria, el empleo y la seguridad social. Los únicos que no se desregularon fueron: 1) los mercados de las empresas privatizadas (que pasaron a ser monopolio privado extranjero: ejemplo: teléfonos (las tarifas más altas del mundo); electricidad; gas; agua; esgotos. El

impacto de la desregulación fue que el PBI cayó más del 15% en los 10 años de aplicación. La economía retrocedió al nivel de inicio de la década del 90. El desempleo pasó de 6% a 28%. El subempleo pasó de 5% a 23%. La pobreza extrema pasó de 15% a 45%.

"Por tanto, los resultados del Consenso deben ser confrontados con la realidad: Argentina está en la más grave crisis de su historia. Una crisis total aún de resultado incierto."

10) Garantía de los derechos de propiedad:

Se aplicó toda la garantía a los grandes grupos económicos y financieros. Pero no hubo garantía de los derechos de propiedad para el pueblo.

Los derechos de propiedad, garantizados por la Constitución, no son aún respetados. La prueba es la existencia del "Corralito", por el cual las clases medias y bajas

tienen atrapados más de 45 mil millones de dólares de sus ahorros.

Por tanto, los resultados del Consenso deben ser confrontados con la realidad: Argentina está en la más grave crisis de su historia. Una crisis total aún de resultado incierto.

¿Por qué pudo acontecer todo esto?

1º) Porque a través del Consenso de Washington hubo una alianza entre el capital financiero norteamericano

Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

“Mis análisis señalaban entonces que al abandono del paradigma keynesiano correspondía la configuración de un nuevo modelo, que era más coincidente con los intereses del capital financiero transnacional, cuya expresión estaba siendo la mayor coordinación macroeconómica (Grupo de los 7) y la aceptación de un marco de pensamiento funcional por parte de los regímenes internacionales (FMI, Banco Mundial) y que esto se traducía en condicionamientos y ajustes hacia las economías de los países en desarrollo.”

y distintos grupos monopólicos extranjeros, incluyendo grupos de poder argentinos, cuyo objetivo fue apoderarse de la riqueza conseguida por la sociedad argentina y acumulada con el sacrificio de su historia.

Así, se cumplió ahora de forma acelerada, el ciclo histórico del capitalismo mundial: la continuidad histórica del extraordinario papel que ha jugado la periferia en la acumulación del capitalismo mundial; facilitando el crecimiento de los capitalismos nacionales de los países desarrollados.

2º) Argentina, cumpliendo con el “Consenso”, abandonó un modelo de desarrollo que a pesar de todas sus falencias demostró tener una capacidad de ahorro interno que hasta 1976 permitió el financiamiento de más del 99% de la formación de capital; sin poner en su lugar un modelo que le permitiera recuperar el crecimiento y avanzar en el progreso económico-social.

3º) Nada de esto hubiera podido ocurrir de no mediar la existencia de una clase dirigente argentina corrupta, de la cual no escapaban ni gobernantes, ni legisladores, ni miembros del poder judicial; tampoco sindicalistas y empresarios. Este fue el éxito del “pensamiento único”.

El *neoliberalismo*, con su cultura utilitarista, individualista y materialista, dominó la sociedad argentina; destruyó sus valores éticos y sociales de convivencia.

Conclusiones

En mis análisis sobre la situación de Argentina siempre concluí que la crisis tenía que ser, necesariamente resultado de una estrategia impulsada por grupos externos e internos y que era posible por las características del contexto global mundial: La coincidencia entre fin de la guerra fría, la globalización ideológica, la mundialización y concentración del capital a escala global fue mi preocupación, reflejada en mis libros *América Latina en la Economía Política Mundial* (1994) y *Sistema Mundial y Mercosur* (2000), así como en diversos capítulos de otros libros publicados durante la década.

Pero hubo un paso previo, necesario para la configuración de esa nueva estructura de fuerzas sociales y esto ocurrió en los propios Estados Unidos. En mi libro *Claves del Nuevo Orden Mundial* (1991), tomé los análisis que autores como Bluestone & Harrison (1981), Gill (1986) y Gill & Law (1989) estaban realizando sobre el cambio de régimen de acumulación en la economía norteamericana de los años 80. Según

esos autores, el régimen de acumulación estaba evolucionando desde el régimen intensivo (capitalismo industrial), que caracterizó el orden de postguerra, que coincidió con la constitución de un bloque histórico internacional de fuerzas sociales centrado en los Estados Unidos, hacia un nuevo régimen caracterizado por la movilidad del capital transnacional y la constitución de un nuevo bloque histórico internacional distinto, identificable por el ascenso del poder estructural del capital internacionalmente móvil.

Mis análisis señalaban entonces que al abandono del paradigma keynesiano correspondía la configuración de un nuevo modelo, que era más coincidente con los intereses del capital financiero transnacional, cuya expresión estaba siendo la mayor coordinación macroeconómica (Grupo de los 7) y la aceptación de un marco de pensamiento funcional por parte de los regímenes internacionales (FMI, Banco Mundial) y que esto se traducía en condicionamientos y ajustes hacia las economías de los países en desarrollo.

Ahora han aparecido diversos documentos; la difusión del "W 1991", las declaraciones de Joseph Stiglitz y las sorprendentes revelaciones del periodista Grez Palast, de la BBC y el London Observer, hechas al periodista Alex Jones del 4 de marzo de 2002, que – como a otros- me llegaron ahora por correo electrónico. Todos estos comentarios dan cuenta de los acuerdos secretos para que los países en desarrollo vendieran sus activos públicos, gracias a la corrupción y el soborno de los líderes locales. El proceso para apropiarse de las riquezas de estos países comenzaba con 4 de las medidas de política impulsadas por el "Consenso de Washington": apertura de los mercados de capitales; privatización de los activos públicos;

liberalización comercial total y reducción de todos los gastos sociales públicos. Como consecuencia, la crisis. A partir de allí, la concesión de préstamos cada vez más usurarios (por ejemplo, al momento actual la Argentina estaba pagando tasas mayores al 70%) que creaban más conflictos sociales y cuyo paso final conducía a la sustitución de los gobiernos. El caso argentino ilustra con su ejemplo todo este proceso.

Bibliografía citada:

- BERNAL-MEZA, Raúl (1991), Claves del Nuevo Orden Mundial, Buenos Aires, grupo Editor Latinoamericano.
- (1994), América latina en la Economía Política Mundial, Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano.
- (2000), Sistema Mundial y Mercosur. Globalización, Regionalismo y Políticas Exteriores Comaparadas, Buenos Aires, Nuevohacer/Universidad Nacional del centro de la Provincia de Buenos Aires.
- (2001), Argentina. La crisis del desarrollo y de su inserción internacional, São Paulo, Fundação Konrad Adenauer y Programa de Estudos Europeos da Universidade Federal do rio de Janeiro.
- BLUESTONE, B., y HARRISON, B. (1981), Corporate Flight: the Causes and Consequences of Economic Dislocation, Washington D.C., A Progressive Alliance Book.
- DIAMAN, M. y NOCHTEFF, H. (editores), La economía argentina actual, Buenos Aires Grupo Editorial Norma.
- FERRER, Aldo (1998), El capitalismo argentino, Buenos Aires, FCE.
- GILL, Stephen (1986), "Hegemony, Consensus and trilateralism", in Review of International Studies 12:205-21.
- GILL, Stephen y LAW, David (1989), "global Hegemony and The Structural Power of Capital", in International Studies Quarterly, Vol. 33, N° 4, December.
- RAPOPORT, Mario (2000), Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000), Buenos Aires, Ediciones Macchi.
- SCHVARZER, Jorge (1998), Implantación de un modelo. La experiencia argentina entre 1975 y el 2000, Buenos Aires, A-Z Editora.



Muros Sobre as Verdades

Cristina Soreanu Pecequilo*

Desde o escândalo da Enron, inúmeros questionamentos tem sido colocados a respeito da sustentabilidade e idoneidade das grandes companhias americanas, acusadas de maquiar balanços contábeis e exagerar previsões de produtividade e lucratividade. Igualmente, alguns dos principais executivos do país, assim como figuras políticas proeminentes, incluindo-se o presidente e o vice-presidente vem sendo associadas a operações financeiras de caráter duvidoso, havendo suspeitas de desvio de capital, fraude fiscal e favorecimento com informações privilegiadas. Mais recentemente, acusações de maquiagem atingiram outras empresas tradicionais como Bristol Meyers Squibb, Merck, Arthur Andersen, Xerox e WorldCom. No caso desta última, seu recente pedido de concordata somente veio a aprofundar as dúvidas sobre a real situação da economia dos EUA, revelando uma fragilidade inesperada e assustadora. Em especial, a incerteza e a falta de credibilidade tem se multiplicado, sem que pareça haver ainda um limite para o fim dos “dias negros” em Wall Street, pairando constantemente o fantasma de 1929.

Diante deste cenário, e de ser ele mesmo alvo de acusações, George W. Bush procura restaurar a confiança dos investidores, principalmente do públi-

co americano. Em um primeiro momento, a presidência propôs uma revisão de leis relativas a fraudes financeiras e má administração, destacando-se como medidas o aumento das penas para acusados destes crimes e a criação de uma Swat financeira para monitorar ao lado das comissões atuais a realidade das empresas. Tal pacote, divulgado em um discurso anunciado como uma “verdadeira revolução” para a América corporativa foi recebido com bastante frieza pela opinião pública, a oposição democrata e os setores empresariais, sendo considerado exageradamente tímido.

Não somente as punições foram percebidas como insatisfatórias, como se destacou a ausência de medidas preventivas e de controle mais concretas que pudessem impedir e coibir as crises antes de sua escalada. Da mesma forma, critica-se o governo por insistir na divulgação de dados positivos da economia, como a manutenção da queda na taxa de desemprego e o controle dos índices de inflação, a preservação das expectativas de crescimento do PIB

e as baixas taxas de juros. Com isso, tem se procurando minimizar os efeitos destes últimos acontecimentos que são indicados como episódios isolados. Neste sentido, os próprios republicanos estariam buscando uma versão governamental de maquiagem de dados

“Em termos internacionais, a perda de vigor americano teria duas consequências: a primeira, e considerada a mais provável e temida, seria a já mencionada desaceleração da economia mundial, aprofundando a crise nos mercados emergentes e nos principais centros financeiros europeus e asiáticos e em prejuízo à hegemonia; segundo, poderíamos observar o avanço das demais economias avançadas, européia e asiática, e a sua busca de maior autonomização .”

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora de Relações Internacionais (UNIBERO).

e estatísticas, procurando manter a percepção de crescimento e recuperação. Mais ainda, acusa-se a presidência de má administração da crise e distanciamento, tendo como foco principal Paul O'Neill, cuja saída do Departamento de Tesouro vem sendo sugerida.

Tais ações da presidência parecem de alguma forma ignorar os impactos destes escândalos sobre o comportamento da economia americana. A percepção interna e externa sobre os EUA revela uma desconfiança ampla sobre os fundamentos de sustentação de sua prosperidade que poderá facilitar o desvio de investimentos e a desaceleração ainda mais profunda da economia mundial. Termos como o "fim da exuberância" e o "risco EUA" estão se tornando cada vez mais frequentes e tendem a se disseminar e multiplicar mais rapidamente à medida que não se revertam as avaliações negativas a respeito da credibilidade e confiabilidade das empresas americanas.

Em termos internacionais, a perda de vigor americano teria duas consequências: a primeira, e considerada a mais provável e temida, seria a já mencionada desaceleração da economia mundial, aprofundando a crise nos mercados emergentes e nos principais centros financeiros europeus e asiáticos e em prejuízo à hegemonia; segundo, poderíamos observar o avanço

das demais economias avançadas, européia e asiática, e a sua busca de maior autonomização (recentemente observamos a valorização do Euro diante do dólar, alcançando paridade e mesmo superando em alguns momentos sua cotação). Observando o atual cenário, e considerando a profunda ligação entre as principais economias mundiais, associado ao alto nível de dependência de todo o sistema dos EUA, a primeira consequência é certamente a mais óbvia. Inclusive, os seus efeitos já são sentidos. Porém, não é possível, de imediato, descartar a segunda hipótese ainda que para o longo prazo (e, talvez, como um efeito posterior da primeira).

É preciso que consideremos as atitudes mais recentes da presidência Bush que, independentemente da crise atual, já estavam tendo impactos negativos sobre o sistema, tanto em termos políticos quanto econômicos. É preciso destacar a ausência de ajuda financeira a países em dificuldades (e que haviam no passado seguido fielmente as receitas de Washington como a Argentina) e uma postura de distanciamento e minimalista diante das grandes questões econômicas internacionais. Aqui, incluem-se os ataques ao multilateralismo das agências financeiras internacionais e ao sistema de comércio global e regi-

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI .

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Luiz Fernando Ligiéro

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

onal, acusados de serem inadequados aos interesses nacionais americanos. Em termos comerciais, foram patentes as medidas protecionistas nos setores agrícola e do aço, em oposição aos princípios da OMC, somando-se a postura unilateral assumida na ALCA. Com o protecionismo, os EUA deixam de se beneficiar do discurso e da prática da liberalização comercial, colocando em xeque os fundamentos da própria globalização que os democratas aprofundaram na década passada, ocupando simultaneamente diversos espaços. Adicionalmente, tais medidas podem ser objeto de sanções recíprocas da Europa (e talvez do Brasil), que vem sendo adiadas na expectativa de uma correção de rumos republicana e diante da crise.

Politicamente, o unilateralismo americano vem se registrando nas diversas atitudes que estamos avaliando desde a posse de Bush, agregando-se a rejeição do TPI e a imunidade concedida a soldados americanos para que continuassem participando de operações de paz da ONU. Adicionalmente, foi divulgado um recente relatório sobre a postura militar chinesa sugerindo que o país está desenvolvendo capacidades militares convencionais e nucleares que possibilitem a reanexação de Taiwan. No Oriente Médio, em mais um movimento criticado pela comunidade internacional, particularmente a UE e a Liga Árabe, os EUA anunciaram sua nova política para a região: apoiam a criação de um Estado Palestino, desde que este Estado passe por uma longa fase de transição e que não seja comandado “por indivíduos ligados ao terrorismo e que estejam verdadeiramente interessados na causa palestina, tendo sido eleitos democraticamente”, ou seja, que não seja liderado por Yasser Arafat. Igualmente, os americanos não se manifestaram contrariamente à construção do Muro proposto por Ariel Sharon em torno dos territórios ocupados.

Estas posturas revelam um interesse na fragilização da postura reivindicatória tradicional dos palestinos que tem em Arafat seu líder máximo, também desconsiderando os riscos que seu afastamento traria na ausência de uma outra figura unificadora que

pudesse assumir seu lugar gerando um vácuo de poder. Outro efeito destas medidas seria aumentar o controle americano e israelense sobre os territórios palestinos, em uma interferência direta, dificultando qualquer tentativa de autonomia. Paralelamente também poderia se abrir espaço para o crescimento de líderes pró-Israel e EUA que levariam a um alinhamento automático com estas propostas, podendo se instaurar disputas internas na ANP e reações ainda mais violentas dos grupos fundamentalistas.

Assim, ainda que tenham o recuo americano, os principais agentes do sistema podem vê-lo como uma forma de avançar e de quebrar seus elos de dependência (desde que suas próprias economias e empresas não revelem os mesmos problemas estruturais das americanas). Com isso, estariam sendo favorecidas tendências à multipolaridade. Talvez hoje estejamos assistindo a uma volta das mesmas condições que impulsionaram o debate declinista pré-1993 causada por este acúmulo de fraudes e uma administração pouco cuidadosa da economia. Aqui se destacam a perda dos superávits orçamentários da Era Clinton com o conseqüente retorno do desequilíbrio do déficit público, somado ao permanente déficit comercial, aliado ao corte de impostos e o aumento de gastos militares e governamentais que datam, inclusive, ao pré 11/9, aliado à diminuição de investimentos sociais nos setores educacional e previdenciário.

Além disso, é necessário investigar profundamente os impactos que as oscilações do mercado de ações terão sobre os pequenos investidores que na última década foram atraídos para os fundos administrados por Wall Street. Tornaram-se clássicas as imagens das “velhinhas investidoras” que enquanto tomavam chá e faziam tricô montavam sua carteira de ações, lucrando mais do que os especialistas dos bancos, e da classe média próspera que apostava sua poupança na economia em expansão para garantir suas hipotecas, a universidade de seus filhos e sua aposentadoria. No momento, estas percepções se esvaziaram, da mesma forma que a crença na

confiabilidade dos papéis. Estes agentes se afastaram do mercado, ou estão sofrendo diretamente suas consequências com o esvaziamento de reservas e perda de poder aquisitivo. A saída maciça dos investidores micro prejudica o financiamento das próprias empresas que se utilizaram do mercado de capitais para manter seus investimentos, atingindo igualmente sua sustentabilidade e credibilidade.

Ainda estamos por descobrir a totalidade e profundidade da crise americana, e qual sua medida real e impactos domésticos e internacionais. Neste cenário, cada vez menos tem se conseguido manipular a guerra anti-terror para aumentar a popularidade de Bush ou justificar suas medidas duvidosas. Do lado democrata, as críticas se avolumam, muitas vezes lideradas por vozes como as de Al Gore, candidato derrotado por Bush na eleição que sempre lembraremos, e de Bill Clinton. Clinton, se não critica diretamente Bush, percorre o mundo e os EUA em palestras nas quais destaca a performance de seu governo

e a excelência de sua equipe.

A grande questão é como estes movimentos de realinhamento político e econômico afetarão as eleições legislativas de Novembro que até há pouco eram definidas como uma situação de empate técnico. Porém, cresceram os trunfos democratas, demonstrando como Bush rapidamente destruiu o legado de Clinton, mas principalmente pela associação direta da presidência aos grandes interesses e seu distanciamento do americano médio e comum. Da mesma forma que Sharon pretende construir um Muro para isolar os palestinos, o governo Bush esconde a verdade atrás de paredes corporativas e valoriza um tipo de capitalismo que este mesmo sistema considerou como autodestrutivo no século XX, mas cujos riscos foram ofuscados pela atração do discurso neoliberal: uma competição selvagem sem lei e limites, em busca de lucros e centralizada no *big business* às custas da mesma sociedade que, na verdade, permite a sua reprodução permanente.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet - Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

©2000-2001 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

A nova doutrina nuclear americana e o TNP

João Fábio Bertonha*

O governo de George W. Bush não para de surpreender a todos e gostaria realmente de ressaltar a minha indignação com aqueles analistas que, na época das eleições presidenciais americanas, procuravam demonstrar como tanto fazia se Al Gore ou se George W. Bush fossem eleitos, pois seriam, em essência, iguais. Talvez a direita do Partido Democrata e a esquerda do Partido Republicano estejam caminhando para um “centro” mais cinza, mas não é este o caso da direita republicana encarnada em George W. Bush e sua turma. Em pouco tempo de governo, eles conseguiram destruir o superávit fiscal dos anos Clinton via redução de impostos dos ricos, estão ajudando a encobrir escândalos como os da Enron e da WorldCom e conseguem irritar o mundo todo com sua arrogância e unilateralismo. Enfim, se o presidente americano é o Imperador da Terra e temos que ter um, eu preferia realmente Al Gore.

A última do governo Bush é a sua decisão de mudar a política nuclear. Durante a Guerra Fria, os imensos arsenais nucleares americanos e soviéticos eram essencialmente uma arma de prestígio e de dissuadir o outro lado. Ninguém esperava realmente usar as armas a não ser num caso extremo, de sobrevivência nacional e o uso delas para pressionar politicamente potências não nucleares era vago, apenas sub-entendido.

Agora, depois de sua vitória na Guerra Fria, os Estados Unidos parecem decididos a atingir um grau de onipotência nuclear (com um arsenal tão superior e sistemas de defesa tão aperfeiçoados que todos os outros países seriam irrelevantes) capaz de se equiparar ao que eles já têm no campo convencional. E o governo Bush está rompendo mais um tabu do período anterior. Conforme o documento “Revisão de Postura Nuclear”, o uso do armamento atômico não é mais um último recurso de defesa, mas uma arma a mais na estratégia americana, podendo ser usado contra países inimigos, mesmo não nucleares, em várias situações detalhadas no documento e que incluem ataques preventivos contra alvos em potencial.

Parece evidente que ninguém no governo americano imagina usar as armas nucleares para resolver uma contenda comercial com o Brasil ou a União Européia ou para sufocar a guerrilha das Farc na Colômbia. Mas o gênio está saindo da garrafa e os riscos são imensos. O que impediria a Índia, por exemplo, de seguir essa doutrina e, preventivamente, eliminar da face da Terra o Paquistão? E será que muitos países não se sentiriam livres ou até forçados a desenvolver com a maior rapidez possível arsenais nucleares para se protegerem dos EUA, estimulando perigosas corridas armamentistas no mundo?

“Nesse quadro, a pergunta que fica realmente é como os outros países devem reagir a um risco potencial de ataque nuclear ou, mais provavelmente, de terem sua influência política e independência restringidas por uma superioridade nuclear esmagadora dos Estados Unidos.”

* Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisador associado do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI) da mesma Universidade e Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá/PR.

Nesse quadro, a pergunta que fica realmente é como os outros países devem reagir a um risco potencial de ataque nuclear ou, mais provavelmente, de terem sua influência política e independência restringidas por uma superioridade nuclear esmagadora dos Estados Unidos. As grandes potências têm como dissuadir os Estados Unidos através do seu próprio poder nuclear e não é à toa que elas se preocupem tanto com os avanços tecnológicos americanos que podem reduzi-lo à irrelevância. Para países pequenos e fracos, o problema também não parece ser urgente, pois a maioria deles não pensa em fazer algum desafio ao poder americano. Os poucos que o fazem (como Iraque, Irã, Coreia do Norte e outros) estão correndo em busca de armas de destruição em massa, como armas biológicas, químicas e nucleares, para usá-las como forma de equilibrar o poder nuclear e convencional americano, com todos os pavorosos riscos daí decorrentes.

Mas e as potências médias, como o Brasil? Numa situação de tensão internacional frente aos Estados Unidos ou a uma outra potência nuclear, ficaríamos em clara desvantagem estratégica e a pergunta que não sai de minha cabeça é se a posse da bomba atômica é algo tão “politicamente incorreto” assim.

Coloquemos os pingos nos is. Eu não defendo em hipótese alguma que um país com carências tão acentuadas como o Brasil de hoje comece a investir maciçamente na construção de um arsenal nuclear com dezenas de ogivas, mísseis, submarinos, etc. Enfrentaríamos a hostilidade do primeiro mundo, a desconfiança dos nossos vizinhos (especialmente da Argentina), os gastos seriam assombrosos e os ganhos, assim, seriam menores do que as perdas. Além disso, felizmente, estamos num continente pacífico e parece improvável que, em curto prazo, nós tenhamos alguma situação de tensão com os Estados Unidos ou outra potência nuclear onde a ameaça (velada ou não) de armas nucleares fosse posta na mesa. Há outras prioridades. No entanto, talvez a posição de muitos dos nossos militares de que não devemos fazer a bomba, mas que seria conveniente ter o conhecimento para fazê-la em caso de necessidade

não seja tão absurda assim, ainda mais nesse novo quadro internacional.

Nesse contexto, nada me irrita mais do que o Tratado de Não Proliferação Nuclear, firmado em 1970 e ao qual o Brasil aderiu em 1998. Em princípio, ele é perfeito: as nações não nucleares abdicam do direito de ter armamento desse tipo e as potências que já tem concordam em reduzir seus arsenais e, até, no futuro distante, elimina-los. Os riscos de guerras nucleares diminuem e todos ficam felizes.

Infelizmente, porém, esse tratado, na prática, é dos mais discriminatórios que já vi. Ele cria dois tipos de países, os com direito e os sem direito a bomba. O Brasil assinou o tratado na suposição de que fazer o que os países dominantes querem basta para sermos aceitos no clube dos ricos. Esta é, aliás, a cerne de boa parte da política econômica Tucana. No entanto, na hora de colocar as cartas na mesa, de negociar influência e acordos, quem está sendo mais cortejado pelos Estados Unidos, Rússia ou Europa? O Brasil, que abdicou do seu direito, ou a Índia, que se recusou a aderir ao TNP, fez a bomba e agora é potência nuclear reconhecida? Aliás, será que se a Argentina tivesse a bomba, ela seria tão desprezada pelo FMI como acontece hoje em dia?

Volto a ressaltar que a adesão ao Tratado foi acertada, pois não temos porque ficar gastando dinheiro com armas nucleares agora. No entanto, acredito que, um dia, em longuíssimo prazo, se quisermos realmente ser uma potência respeitada e ouvida, vamos ter que pensar na hipótese de seguir os passos da Índia. Claro, o mundo ideal para mim seria um onde todos os povos aceitassem se livrar de armas de destruição em massa de todo o tipo e tenho a esperança de que, no futuro, uma grande potência não será mais identificada pela posse ou não de armas capazes de destruir o mundo. Mas, infelizmente, o mundo é habitado por homens e não por anjos e querer ser o bonzinho sempre talvez não funcione, ainda mais quando a direita toma conta do centro do Império. Aliás, quando serão as próximas eleições na América?

Desestruturação de uma nação: Colômbia

Virgílio Caixeta Arraes*

A implantação retumbante do neoliberalismo na América Latina consolidou-lhe definitivamente o status de região periférica dentro do capitalismo, visto que seu “último bastião” em termos sociais – a Argentina – partilha agora da mesma situação que os demais países. Todavia, o lado mais cruento do continente situa-se na Colômbia, país marcado por conflitos civis desde o século XIX, em que há um impasse na disputa pelo poder no país, que não passa mais pelas vias eleitorais apenas, com a inclusão de forças políticas que há tempos se inclinam pelo uso desmedido da violência e alianças com organizações criminosas.

Há quase 40 anos, grupos de inspiração esquerdista – como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional, entidades vistas como terroristas pelo governo americano –, baseados no exemplo do êxito inicial de Cuba, disputam o controle do país com as forças tradicionais – Partido Liberal e o Conservador – que se somam, politicamente, a dissidências partidárias e grupos paramilitares, institucionalizados na AUC – Forças Unidas de Autodefesa da Colômbia – também considerada terrorista pelo governo americano e recentemente dissolvida, ao menos formalmente –, cujo líder, Salvador Mancuso, felicitou a eleição do novo Presidente, Álvaro Uribe.

Talvez, o conflito chamasse menos a atenção do mundo, se não envolvesse um dos mais lucrativos negócios do fim do século XX e início do XXI: o narcotráfico, que estabelece padrões paralelos de poder, mas, de toda forma, imbricados na estrutura “oficial” do Estado, seja por coação, coligação ou complacência dos entes administrativos. Dentro dessa

estrutura, a Colômbia encontra-se como o maior produtor de cocaína do mundo. Consoante a revista *Business 2.0 – The technology secrets of cocaine inc.*, em www.business2.com/articles/mag/0,1640,41206,FF.html –, a forma de atuação do narcotráfico já não se baliza mais pela improvisação, contando com um grau de profissionalização impressionante, com o uso de satélites, submarinos, centrais de computadores e armas sofisticadas para garantir a condução dos negócios.

Essa guerra civil custou ao país dezenas de milhares de mortes, migrações intrafronteiras, fuga para o exterior de quadros qualificados, retração dos investimentos internacionais, estagnação econômica – o país cresceu percentualmente, nos anos 90, a metade dos 70 –, concentração de renda – do início dos anos 90 para seu final, 10% dos mais ricos passaram a ganhar de 52 vezes mais para 78 em relação aos 10% mais pobres –, aumento do desemprego que se situa na faixa dos 20%, queda da renda per capita, que, de 2001 em relação a 1996, equivale a pouco mais de 80%, e o empobrecimento da população – 60% dos habitantes situa-se entre a pobreza e a miséria. Em função da instabilidade política, a economia tem de amparar-se em produtos agrominerais como petróleo, café, banana, entre outros. Segundo relatório do governo americano, divulgado em maio deste ano, 85% dos atentados – 191 ações – contra propriedades de empresas do país no exterior situaram-se na Colômbia no ano passado. O Brasil, por exemplo, mantém apenas uma empresa lá: a Braspetro, subsidiária da PETROBRAS, que explora mais de uma dezena de campos petrolíferos, em parceria com outras firmas.

* Mestre e doutorando em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e professor do Departamento de Relações Internacionais da mesma universidade.

O atual Presidente, Andrés Pastrana, surpreendeu, na outra campanha presidencial, ao propor a negociação com a guerrilha, inclusive desmilitarizando parte do país – mais de 40 mil quilômetros quadrados, ao sul. Externamente, no entanto, tal atitude pôde ser vista como forma de ganhar tempo para retomar o apoio político e financeiro dos Estados Unidos, que haviam se afastado do seu antecessor, Ernesto Samper, acusado de ter sido financiado eleitoralmente pelo narcotráfico. Internamente, reforçou a atuação dos grupos paramilitares, por causa da retirada das forças armadas de parte do país.

Todavia, decorridos mais de 3 anos, o governo atual acusou a guerrilha de não ter respeitado os termos do acordo e encerrou a negociação, passando para a ação militar, com a destruição de campos de pouso e estradas. No pleito presidencial, o fim do diálogo para a paz pôde ser encarado como uma tentativa de esvaziar a candidatura de Uribe, que teria o discurso de endurecimento enfraquecido, em face da mudança de rota do governo.

Como se viu, a tentativa não retirou a vitória esmagadora de Uribe, que pode ser interpretada como uma preparação para as ações posteriores do vencedor, visto que o governo colocou para a opinião pública que o empenho diplomático naufragara por causa do lado da guerrilha. Durante o período, o país ganhou a certificação dos Estados Unidos de combate ao narcotráfico e a ajuda financeira retornou, tornando o país um dos maiores captadores de recursos dos EUA – quase 2 bilhões de dólares.

Álvaro Uribe venceu o pleito presidencial no primeiro turno, com 53% dos votos, que foi marcado por uma abstenção de 54%, ou seja, o futuro ocupante

da Presidência teve apenas ¼ dos votos, o que demonstra forte crise de legitimidade do sistema democrático do país. Durante sua campanha, a Embaixadora americana, Anne Paterson, e o Subsecretário de Assuntos Andinos, Philip Chicola, reuniram-se a portas fechadas em seu comitê eleitoral e, após o encontro, permitiram-se fotografar e conceder entrevista ao seu lado.

Uribe liga-se aos setores mais conservadores da Colômbia, alinhando-se ideologicamente ao

“Uribe liga-se aos setores mais conservadores da Colômbia, alinhando-se ideologicamente ao pensamento do atual governo norte-americano, que opta, principalmente após o atentado de 11 de setembro de 2001, pelo uso da força em detrimento da diplomacia.”

pensamento do atual governo norte-americano, que opta, principalmente após o atentado de 11 de setembro de 2001, pelo uso da força em detrimento da diplomacia. Filho de um latifundiário, que teria sido assassinado pelas FARC em 1983, advogado, com especialização em administração por Harvard, Uribe foi Prefeito biônico de Medellín, 1982, Senador, 1986-94, e Governador de Antioquia, 1995-97.

Sua carreira política é extremamente polêmica, com acusações de relacionamento com setores do narcotráfico e dos paramilitares. Segundo o jornalista

Joseph Contreras, Redator-Chefe em Miami da revista *Newsweek*, em biografia não autorizada, Uribe, quando Prefeito de Medellín, teria tido vínculos com Pablo Escobar, líder do cartel de Medellín, que o teria ajudado na construção de casas populares. Para Contreras, o assassinio do pai de Uribe teria sido em decorrência de desavenças com Fábio Ochoa, também do cartel de Medellín. O livro acusa o Presidente de ter relacionamento com dois generais simpatizantes das AUC, que foram afastados dos comandos por Pastrana. Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, em 24/5/02, o tráfico seria a principal fonte de financiamento dessa instituição. Uribe nega todas as acusações.

Uribe, a ser empossado em agosto, sinaliza que o relacionamento com a guerrilha priorizará a força em detrimento do diálogo. Desta forma, pretende aumentar o efetivo das forças armadas de 60 para 100 mil profissionais, o que retirará mais verbas dos serviços sociais, já encolhidos na gestão de Pastrana; estabelecer uma rede de vigilância privada, que congregaria cerca de 1 milhão de homens – quando Governador de Antioquia, ele autorizou o funcionamento de cooperativas particulares de segurança, com controle discutível do governo sobre sua atuação; criar uma espécie de imposto de guerra; restabelecer no ordenamento jurídico do país a volta do estado de sítio, abolido em 1991, e intensificar as

ações militares, visto que o governo americano deverá manter ou mesmo ampliar o apoio financeiro para medidas como esta.

Para Sérgio Uribe, da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes da Organização das Nações Unidas, o combate ao tráfico envolveria ações simultâneas e coordenadas, de forma que se abarcasse desde a erradicação do cultivo até o impedimento da legalização dos recursos financeiros, via instituições bancárias. Sem isso, toda política formulada será sempre parcial e efêmera, portanto, incapaz de resultados efetivos. Desta forma, nem o Estado mínimo almejado pelo neoliberalismo que garantiria a lei e a ordem subsistiria.



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Assinatura Anual (2 Edições)

Brasil: R\$ 30,00

Exterior: US\$ 30,00

Envie o cupom de assinatura e a forma de pagamento escolhida (cheque ou cópia de depósito bancário) para:

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI

Caixa Postal 4400 – 70919-970 – Brasília-DF – Brasil – Telefax: (55 61) 307 1655

E-mail: ibri@unb.br <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Cupom de Assinatura:

Nome: _____

Instituição: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Tel.: () _____ Fax.: () _____

País: _____ E-mail: _____

Período de assinatura: () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos

Envie junto com este cupom depósito bancário no valor da(s) assinatura(s) em favor do **IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, efetuado na conta 437552-1, agência 3603-X, Banco do Brasil.

O Supremo Tribunal Federal e os Conflitos entre Tratados Internacionais e Leis Internas

Valerio de Oliveira Mazzuoli*

O tema que trago à reflexão dos leitores é polêmico e atual, tendo sido alvo de incessantes debates jurídicos: a opção do judiciário brasileiro em face dos conflitos entre tratados internacionais e leis internas. Sobre ele os internacionalistas já discutem há mais de duas décadas, desde 1977 quando foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário nº 80.004-SE (RTJ 83/809) em que ficou assentada, por maioria, a tese de que, ante a realidade do conflito entre o tratado e lei posterior, esta, porque expressão última da vontade do legislador republicano deveria ter sua prevalência garantida pela justiça.

Esse posicionamento do Supremo Tribunal Federal, naquele ano, veio modificar seu anterior ponto de vista que apregoava o primado do direito internacional frente ao ordenamento doméstico brasileiro. A nova posição da Excelsa Corte, entretanto, enraizou-se de tal maneira que o Min. Francisco Rezek, emitiu pronunciamento de forma assaz contundente, dizendo da “prevalência à última palavra do Congresso Nacional, expressa no texto doméstico, não obstante isto importasse o reconhecimento da afronta, pelo país, de um compromisso internacional. Tal seria um fato resultante da culpa dos poderes políticos, a que o Judiciário não

teria como dar remédio (Extradição nº 426, in RTJ 115/973)”.

A conclusão que chegou o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário n.º 80.004-SE foi a de que dentro do sistema jurídico brasileiro, onde tratados e convenções guardam estrita relação de *paridade*

normativa com as leis ordinárias editadas pelo Estado, a normatividade dos tratados internacionais, permite, no que concerne à hierarquia das fontes, situá-los no mesmo plano e no mesmo grau de eficácia em que se posicionam as nossas leis internas. Inobstante este retrógrado posicionamento, atualíssimas são as vozes a proclamar a supremacia dos tratados internacionais de direitos humanos, frente à própria

“Se o Congresso Nacional dá sua aquiescência ao conteúdo do compromisso firmado, é porque implicitamente reconhece que, se ratificado o acordo, está impedido de editar normas posteriores que o contradigam.”

Constituição Federal, a exemplo da doutrina de Flávia Piovesan e de Antônio Augusto Cançado Trindade, além da nossa, como já deixamos consignado em tantos outros estudos sobre esse formoso tema (cf. nosso livro *Direitos Humanos, Constituição e os Tratados Internacionais*, São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002).

A par de todas as críticas existentes, entretanto, com esse entendimento da Excelsa Corte, a norma convencional passou a ser considerada como tendo o

* Advogado no Estado de São Paulo. Mestrando em Direito Internacional na Faculdade de Direito da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Franca. Professor de Direito Internacional Público e Direitos Humanos na Faculdade de Direito de Presidente Prudente-SP.

mesmo *status* e valor jurídico das demais disposições legislativas internas, pois a Constituição da República, ao tratar da competência do STF, teria colocado os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro, no mesmo plano hierárquico das normas infraconstitucionais, aplicando-se em caso de conflito o princípio geral relativo às normas de idêntico valor, isto é, o critério cronológico, onde a norma mais recente revoga a anterior com ela conflitante.

Mas a doutrina da Excelsa Corte, cremos, peca pela imprecisão. Admitir que um compromisso internacional perca vigência em virtude da edição de lei posterior que com ele conflite é permitir que um tratado possa, unilateralmente, ser revogado por um dos Estados-partes, o que não é permitido e tampouco compreensível. Seria fácil burlar todo o pactuado internacionalmente se por disposições legislativas internas fosse possível modificar tais normas. Não raras as vezes, o objetivo de um tratado internacional é o de justamente incidir sobre situações que deverão ser observadas no plano interno dos Estados signatários.

Aprovando um tratado internacional, o Poder Legislativo se compromete a não editar leis a ele contrárias. Pensar de outra forma seria admitir o absurdo. Aprovado o tratado pelo Congresso, e sendo este ratificado pelo Presidente da República, suas disposições normativas, com a publicação do texto, passam a ter plena vigência e eficácia internamente. E de tal fato decorre a vinculação do Estado no que atine à aplicação de suas normas, devendo cada um dos seus Poderes cumprir a parte que lhes cabe nesse processo: ao Legislativo cabe aprovar as leis necessárias abstendo-se de votar as que lhe sejam contrárias; ao Executivo fica a tarefa de bem e fielmente regulamentá-las, fazendo todo o possível para o cumprimento de sua fiel execução; e ao Judiciário incumbe o papel preponderante de aplicar os tratados internamente bem como as leis que o regulamentam, afastando-se da aplicação de leis

nacionais que lhes sejam contrárias.

Se o Congresso Nacional dá sua aquiescência ao conteúdo do compromisso firmado, é porque implicitamente reconhece que, se ratificado o acordo, está impedido de editar normas posteriores que o contradigam. Assume o Congresso, por conseguinte, verdadeira *obrigação negativa*, qual seja, a de se abster de legislar em sentido contrário às obrigações assumidas. Admitir, pois, que o Legislativo possa editar lei, revogando o tratado anteriormente firmado, é reconhecer, nas palavras da Dra. Mirtô Fraga “o predomínio das Assembléias, em oposição a comando superior que declara harmônicos e independentes os Poderes do Estado”. E, se porventura editadas, tais leis jamais terão o condão de afastar a aplicação interna do tratado concluído anteriormente.

Há, entretanto, um outro ponto que merece ser lembrado, que diz respeito à questão da *especialidade das leis* no sistema jurídico brasileiro, da qual vem se valendo ultimamente o Supremo Tribunal Federal, para dar prevalência, *v.g.*, a certas normas de direito interno (*v.g.* o Decreto-lei nº 911/69, que permite a prisão civil do devedor-fiduciante, equiparado que é a um *depositário*) sobre outras de direito internacional público (*v.g.* o Pacto de San José da Costa Rica, que não permite, por sua vez, a prisão civil por infidelidade depositária). Significa que uma lei *geral* não pode derogar uma lei *especial*, pois segundo o entendimento do STF (cf. *HC 72.131-RJ*), nem toda lei nova, somente porque é lei nova, tem força para revogar uma lei anterior que com ela conflite. Não basta somente ser lei nova. Exige-se mais: além de nova, deve ser apta a revogar a lei anterior. E esta qualidade só se verifica nas hipóteses em que ambas as leis (nova e anterior), sejam *gerais*, ou ambas sejam *especiais*.

Em suma, pode-se afirmar que além do critério da *lex posterior derogat priori*, o STF aplica ainda um outro, qual seja, o da *lex posterior generalis non*

derogat legi priori speciali, através do qual algumas leis internas infraconstitucionais têm prevalência sobre alguns tratados internacionais, por serem estes considerados normas também infraconstitucionais *gerais*.

Sem embargo da tese defendida pela Excelsa Corte brasileira no que tange ao conflito entre tratados internacionais e normas de direito interno, estamos convictos de que a solução do problema pode ser encontrada conjugando-se alguns dispositivos constitucionais com as regras de direito internacional público, em particular as da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969. Em verdade, quer nos parecer que quando com uma fórmula ou com outra uma Constituição declara que o Estado respectivo reconhece ou acata os princípios ou as normas de direito internacional, é porque assume ela o art. 27 da Convenção de Viena, que, outorgando *prioridade* ao direito internacional sobre a jurisdição doméstica, impede que um Estado-parte invoque dispositivos de ordem interna como pretexto para justificar o não-cumprimento de tratados internacionais. Como lembra o professor argentino German J. Bidart Campos, se o direito internacional contemporâneo estabeleceu em norma escrita (art.

27 da Convenção) um princípio geral de direito consuetudinário, qual seja, o da *prelação* do mesmo direito internacional sobre o direito interno, é porque as Constituições que expressamente acolhem ou acatam os princípios ou as normas gerais de direito internacional estão tornando seus, de maneira implícita, aquele princípio da primazia do direito internacional sobre o direito interno.

Na Carta brasileira de 1988, como se sabe, infelizmente, à exceção da regra insculpida no seu art. 5.º, § 2.º, sobre os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos (que têm *status* de norma constitucional e aplicação imediata, podendo, inclusive, sobrepor-se às normas constitucionais, caso contenha disposições *mais favoráveis* aos interesses dos seres humanos protegidos), não existe sequer uma cláusula de reconhecimento ou aceitação do direito internacional pelo nosso direito interno, como existente na Lei Fundamental alemã (*Grundgesetz*), que expressamente dispõe, em seu art. 25, que as normas gerais do Direito Internacional Público constituem parte integrante do direito federal e sobrepõe-se às leis nacionais. O que existe na Constituição brasileira, é um rol de princípios pelos quais o Brasil deve reger-se em suas relações internacionais (art. 4º, incs. I a X),



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial:

Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Luiz Fernando Ligiéro, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e Edit. Eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br – 9956-1028

bem como disposições referentes à aplicação dos tratados pelos tribunais (arts. 102, III, *b*, 105, III, *a* e 109, incs. III e V). Mas, regra expressa de reconhecimento ou aceitação do direito internacional pelo direito interno – repita-se –, à exceção dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, que têm *índole* e *nível* constitucionais, inexiste na Carta brasileira de 1988.

Mas levando-se em conta as regras do *direito das gentes* para a regência das relações entre o direito internacional e o direito interno, especialmente as estabelecidas pela Convenção de Viena de 1969, fácil perceber que a solução aponta para a *prevalência* das normas internacionais sobre as leis internas. Os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro, assim, situam-se em um nível hierárquico *intermediário*: estão abaixo da Constituição mas acima

da legislação infraconstitucional, não podendo ser revogados por lei posterior, posto não se encontrarem em situação de *paridade normativa* com as demais leis nacionais, como pretende o STF.

O assunto, como se vê, é atual e importante, em consequência da intensificação das relações internacionais, do surgimento de blocos econômicos, da formação de mercados comuns (entre nós, o Mercosul) e do aparecimento, até mesmo, de órgãos supranacionais. Estes e outros assuntos relativos à essa temática são tratados em nossos livros "*Tratados Internacionais: com comentários à Convenção de Viena de 1969*", publicado pela Editora Juarez de Oliveira. Que continue despertando o interesse de um número cada vez maior de estudiosos e que novas reflexões se façam propiciando a rediscussão desta importante e polêmica matéria.



A Vez da Dinamarca

Márcio C. Coimbra*

Margarida II reinará sobre a Europa, pelo menos nos próximos seis meses. Chegou a vez de a Dinamarca exercer a Presidência da União Européia. O momento é importante, pois temas extremamente polêmicos estarão em debate. Caberá ao chefe de governo da antiga terra dos vikings, Anders Rasmussen, a inclusão de discussões como o combate ao terrorismo e principalmente sobre a possibilidade de ampliação da Europa dos 15.

A Dinamarca recebe a Presidência da Espanha, que sob o comando de José Maria Aznar, iniciou o debate de temas extremamente polêmicos, como a tentativa de implantação de políticas liberalizantes, como a plena abertura dos mercados de transporte, energia e telecomunicações, além do debate sobre imigração. Aznar trouxe para a Europa a experiência de um popular e eficiente chefe de governo, que conduziu a Espanha para uma escalada de êxitos sucessivos, possuindo índices invejáveis, como um crescimento na faixa do dobro da média da União Européia e a criação de um em cada quatro empregos surgidos no Velho Mundo.

O Reino de Margarida II também é invejável. A monarquia é estável, ininterrupta e já existe há mais de 1000 anos. Além disto possui uma taxa de analfabetismo de apenas um por cento, o que explica sua economia estável e sistema social eficaz. Felizmente não foi palco de algum tipo ditadura no século XX, quando tiranos governavam o leste europeu sob a tutela de Moscou e Franco e Salazar mantinham-se à frente de Espanha e Portugal, respectivamente. Logo, sua tradição democrática, sem rupturas institucionais, forneceu o amadurecimento necessário para se transformar em um dos países mais desenvolvidos da Europa.

Como aqui já citado, o governo de Copenhague deseja iniciar uma série de discussões, aprofundar outras e finalmente encerrar algumas pendências. Apesar de o combate ao terrorismo ser um dos pontos fundamentais, a meta principal reside em outra área: a ampliação dos Estados membros da União Européia.

Alguns já aguardam a formalização de sua entrada, como República Tcheca, Hungria, Eslováquia, Polônia, Letônia, Estônia, Lituânia, Eslovênia, Chipre e Malta. Estes países têm trabalhado arduamente para alcançar os requisitos mínimos para sua adesão. Outros ainda lutam para conseguir e sua entrada ainda não está assegurada, pois ainda dependem de reformas. Entre estes estão Bulgária, Romênia e Turquia.

Aos poucos a Europa encontra o seu caminho e todos trabalham para recuperar a economia e amadurecer a democracia de alguns países que foram vítimas de regimes totalitários, como o comunista, responsável por inúmeras mortes, falta de liberdade e atraso. A Alemanha ainda luta para recuperar sua parte Oriental, assim como Polônia, República Tcheca e Eslováquia. Em alguns casos o regime extremamente fechado deixou marcas profundas, como na Bulgária e Romênia. Aqueles países que sofreram nas mãos de ditadores, como o Leste Europeu, Espanha e Portugal, estão ressurgindo somente nos dias de hoje, graças a líderes democratas como Aznar e Durão Barroso e o auxílio das antigas democracias européias. Está claro que onde houve falta de democracia e liberdade econômica, houve também atraso.

A Dinamarca possui a maturidade política necessária para a implementação de uma agenda moderna e adequada aos objetivos da União Européia. O país provou que a manutenção da ordem democrática e o respeito às instituições, aliados à seriedade, rendem bons resultados. Restará a Dinamarca transmitir estas virtudes para seus companheiros de continente. As expectativas são as melhores possíveis, especialmente depois das eleições que varreram a esquerda do mapa europeu e novos líderes democratas, economicamente liberais, chegaram ao poder. A Europa vive um momento ímpar. Se bem conduzida, trará grandes resultados no futuro. Nos próximos seis meses esta condução estará na antiga terra dos vikings, monarquia de Margarida II, e um dos países mais ricos do mundo, a Dinamarca.

* Professor de Direito e Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília (UCB).